

cadernos

IHU
ideias

felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica

Pedro Henrique de Moraes Campetti
Tiago Wickstrom Alves

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica

Pedro Henrique de Moraes Campetti
Tiago Wickstrom Alves

ano 11 • nº 195 • 2013 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 11 – Nº 195 – 2013

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja – Unisinos

Prof. Dr. César Sanson – UFRN

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Caio Fernando Flores Coelho

Revisão

Carla Bigliardi

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

www.ihu.unisinos.br

FELICIDADE E ECONOMIA: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

*Pedro Henrique de Moraes Campetti
Tiago Wickstrom Alves*

1 Introdução

É intrínseco ao ser humano o propósito de alcançar uma vida feliz e fazer o melhor de suas vidas (GIANNETTI, 2002). A felicidade é considerada por muitos a principal meta de vida, praticamente todos os indivíduos querem ser felizes (FREY, 2008). Nas ciências sociais, felicidade tem sido objeto de debate por longo tempo. Em Filosofia e Ética, tem sido sempre um tópico central (ver, por exemplo, SUMNER, 1999). Na Psicologia, o assunto também tem sido discutido em diversos estudos (ARGYLE, 2001; MICHALOS, 1991; MYERS, 1992; KAHNEMAN; DIENER; SCHWARZ, 1999). Em Sociologia, há importantes contribuições (VEENHOVEN, 1993; 2005). Inclusive nas Ciências Políticas há trabalhos sobre o tema (INGLEHART, 1990; LANE, 2000).

Em Economia, a felicidade esteve em pauta desde seus primórdios: “Bentham, Mill e Smith incorporaram a busca da felicidade em seus trabalhos” (GRAHAM, 2005, p. 2). A corrente principal em Economia (*Mainstream*) – também chamada Economia Tradicional ou Ortodoxa – traduziu a felicidade em termos como prazer (Bentham), utilidade (Jevons, Menger, Walras), escolhas (Pareto), preferências (Hicks) ou escolhas racionais (Samuelson) (HUNT, 2005; BRUNI, 2006; 2007). Recentemente, novos estudos têm discutido a felicidade através de trabalhos empíricos, tendo como pioneiro as pesquisas de Easterlin (1974).

Os economistas tradicionais decidiram focar suas análises no processo de escolha racional dos indivíduos de maximização das utilidades, dada suas restrições orçamentárias (renda). A teoria tradicional tem por definição que renda e riqueza permitem mais possibilidades de consumo, o que denota melhor qualidade de vida, pois as pessoas irão eleger o que maximizará seu bem-estar: *Because income correlates with number of choices, greater income is equivalent to higher well-being* (DIENER; SELIGMAN, 2004, p. 2).

Há uma justificativa moral para o trabalho dos economistas ortodoxos de que o aumento das riquezas e da renda dos indivíduos são precondições necessárias para um maior bem-estar e

felicidade. Esta justificativa deve-se a fatores relacionados com conquistas de vida dos indivíduos, tais como educação, saúde, lazer, dentre outras. Outra razão é o fato de ser difícil levar uma vida satisfatória e ser feliz em situações de pobreza extrema. Assim, os economistas têm sido inspirados em buscar as causas e a natureza da riqueza material dos indivíduos e das nações, ensejando que um número crescente de pessoas possa satisfazer, ao menos, suas necessidades materiais básicas (BRUNI; PORTA, 2005b).

Por outro lado, Easterlin (1974) demonstrou que, apesar de a felicidade estar associada diretamente com uma renda mais alta, a felicidade reportada nos Estados Unidos entre os anos de 1946-1970 permaneceu, na média, estagnada, não obstante o forte crescimento econômico ocorrido no período. Estudos posteriores parecem ter confirmado as descobertas de Easterlin quanto à relação no longo prazo entre a estagnação da felicidade e o aumento do produto real nos Estados Unidos (EASTERLIN, 1995; DI TELLA; MACCULLOCH; OSWALD, 2003). Foram encontrados os mesmos resultados em outros países desenvolvidos. No Japão, a renda per capita cresceu seis vezes entre 1958 e 1991, mas a satisfação de vida reportada pelos japoneses permaneceu estável no período ou mesmo diminuiu (EASTERLIN, 2000). Países europeus como Dinamarca, Alemanha e Itália igualmente experimentaram crescimento substancial da renda real per capita entre 1965 e 1990, mas um aumento pequeno na satisfação de vida relatada (DIENER; OISHI, 2000).

Estudos em Economia, como o de Layard (2005a), entre outros, têm então aprimorado recentemente o entendimento dos determinantes da felicidade. Esse autor detectou que há certos fatores como relacionamentos familiares, situação financeira, trabalho, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais, os quais afetam em maior grau a felicidade dos indivíduos. Podem-se citar também os trabalhos de Frey e Stutzer (2002a) e Dolan, Peasgood e White (2008), que identificaram as potenciais influências sobre o bem-estar dos indivíduos em diferentes categorias.

O assunto tem evoluído de tal modo que a ONU reconheceu a busca da felicidade como um objetivo humano fundamental e universal (AGNU, 2011), constatação já presente e compartilhada nas pesquisas de economistas como Layard (2008, p. 139), que afirma ser a felicidade “evidentemente boa” e “obviamente importante” e Frey e Stutzer (2002b, p. 402), que diz ser a felicidade *considered an ultimate goal of life; virtually everybody wants to be happy*. Inclusive Amartya Sen (2011), ao debater as ideias de Layard, concorda que “[...] a felicidade é sem dúvida uma conquista momentosa, cuja importância é suficientemente manifesta” (ibid, p. 308), sendo que “temos muito boas razões para buscar promover a felicidade das pessoas, incluindo a nos-

sa” (ibid, p. 307). Por sua vez, o economista brasileiro Eduardo Giannetti (2002, p. 59) pode sintetizar a questão ao afirmar que “[...] o propósito terreno das pessoas de carne e osso em qualquer lugar do planeta é alcançar a felicidade e fazer o melhor de que são capazes de suas vidas”.

Deste modo, o tema Felicidade está presente em Economia desde seus primórdios. Porém, na década de 1970 há uma virada epistemológica, com o surgimento de pesquisas empíricas, tendo como precursor Easterlin (1974). Desde então, o assunto tem ganhado novo tônus nas discussões econômicas. As pesquisas sobre felicidade têm usado como fonte de dados ao menos 19 grandes *surveys* nacionais e internacionais, os quais foram catalogados pelo trabalho de Dolan, Peasgood e White (2008), sendo que os dados coletados nestes *surveys* têm passado pelo crivo da discussão científica sobre sua validade.

Neste contexto insere-se este estudo, o qual tem como objetivo fazer uma análise, à luz da história, sobre como o tema felicidade tem sido abordado em Economia, iniciando com a chamada Economia Tradicional até chegar aos mais recentes estudos em Economia da Felicidade. Para este fim, a metodologia aplicada será a descritivo-exploratória.

Assim, nas seções que seguem foram discutidos os conceitos e abordagens de bem-estar e felicidade em Economia. Após, foi feito um apanhado histórico no qual se busca compreender como a felicidade esteve presente, direta ou indiretamente, nos estudos de importantes economistas do pensamento econômico. Posteriormente foi apresentada a vertente denominada Economia da Felicidade, sendo discutido como são feitas e qual a viabilidade das pesquisas empíricas sobre a felicidade, bem como apresentadas uma série de pesquisas recentes que tratam dos condicionantes da Felicidade dos indivíduos.

2 Conceitos e abordagens

Bem-estar é normalmente compreendido como o estado da situação de vida das pessoas, algo que indivíduos e políticos em geral aspiram melhorar. No entanto, há falta de consenso no que se refere a uma definição universalmente aceita sobre os componentes que geram o bem-estar, havendo inclusive interpretações antagonistas (CONCEIÇÃO; BANDURA, 2008). De modo geral, *“well-being” is a concept or abstraction used to refer to whatever is assessed in an evaluation of a person’s life situation or “being”*. In short, it is a description of the state of individuals’ life situation (MCGILLIVRAY, 2007, p. 3). Existem muitas noções e entendimentos sobre os elementos determinantes do bem-estar, o que se reflete na literatura pertinente ao tema.

Na Economia Tradicional, bem-estar é compreendido no sentido utilitarista e hedonista, sendo equiparado às condições

materiais de vida dos indivíduos (renda e consumo) ou, no caso de uma nação, à renda agregada gerada em determinado período. De acordo com esta visão, o bem-estar é medido através de indicadores objetivos (CONCEIÇÃO; BANDURA, 2008).

Na Economia da Felicidade, o bem-estar é compreendido através de aspectos subjetivos. O bem-estar subjetivo enfatiza a avaliação que os indivíduos fazem de suas próprias vidas, isto é, o quanto pensam e sentem que suas vidas estão indo bem, em outras palavras, o quanto estão felizes ou satisfeitos com suas vidas como um todo (ibid).

Até recentemente, se uma pessoa dissesse estar feliz, os céticos diriam que é apenas um estado subjetivo, pois não havia meios para mostrar qualquer conteúdo objetivo. Porém, na atualidade há critérios científicos estabelecidos e validados capazes de medir o bem-estar subjetivo dos indivíduos (LAYARD, 2005a).

Como consequência deste avanço, felicidade, para os economistas, geralmente não é *definida*, mas empiricamente *mensurada* (BRUNI; PORTA, 2007b). Assim, embora não exista uma preocupação em conceituar o termo felicidade, há a perspectiva de tornar concreta a medição da felicidade ou estado de felicidade. *There is no clear consensus on what 'happiness' means. Therefore, instead of trying to define happiness from an outside perspective, economists try to capture it through other means* (CONCEIÇÃO; BANDURA, 2008, p. 5).

Entretanto, Bruni e Porta (2007b) ressaltam que as pesquisas atuais em torno do hedonismo e do eudemonismo representam as principais abordagens nos estudos sobre felicidade em Economia. Estas duas perspectivas do pensamento filosófico exerceram e ainda exercem influência sobre a teoria econômica. De acordo com a visão hedonista, a felicidade esta relacionada à obtenção de prazer e obliteração da dor. Por sua vez, a visão eudemonista está focada no significado e autorrealização da vida humana.

Conforme Ryan e Deci (2001), a visão hedonista tem como precursor o filósofo grego Aristipo, que considerava como finalidade da vida as experiências que proporcionassem maior soma de prazeres, de modo que a felicidade é totalidade de tais momentos hedônicos. O sentido do termo hedonismo continua praticamente o mesmo. Em Psicologia, é comumente entendido como as preferências e os prazeres da mente e do corpo. Assim, a visão predominante é que o bem-estar relaciona-se a preocupações da experiência humana de prazer *versus* desprazer, o que inclui todos os julgamentos sobre os elementos bons e maus da vida.

Kahneman, Diener e Schwarz (1999) definem a psicologia hedonista como o estudo sobre o que condiciona que determinadas experiências de vida sejam prazerosas ou desagradáveis.

No livro, *Well-being: The Foundations of Hedonic Psychology*, os autores sugerem claramente que os termos bem-estar e hedonismo são essencialmente equivalentes, expondo evidências sobre como as pessoas calculam a utilidade e maximizam-na. Em razão disto, as pesquisas e intervenções da psicologia hedonista possuem uma meta clara: maximizar a felicidade humana, relacionando esta à concepção de prazer.

Por outro lado, a visão Eudemonista tem em Aristóteles o precursor. Este filósofo considerava a felicidade a expressão da virtude, da realização dos potenciais humanos e de uma vida ativa. Para ele, o eudemonismo – a felicidade – se encontra nas expressões da virtude, em fazer aquilo que realmente vale a pena ser feito. Eudemonismo transmite a crença de que o bem-estar consiste na autorrealização dos indivíduos ao viverem de acordo com sua verdadeira natureza, seus potenciais interiores e também de acordo com uma vida ativa, engajada e virtuosa. Segundo Waterman (1993 apud RYAN; DECI, 2001, p. 146), [...] *eudaimonia occurs when people's life activities are most congruent or meshing with deeply held values and are holistically or fully engaged*. De acordo com Ryan e Deci (2001), em Aristóteles o hedonismo seria uma ideia vulgar, pois esta visão tornava o homem escravo dos próprios desejos.

Bruni e Porta (2007b) argumentam que há duas características do eudemonismo que são importantes no debate sobre os paradoxos da felicidade em Economia. A primeira refere-se à participação e comprometimento com atividades civis e políticas, sem o qual a vida humana não prospera, e a segunda se relaciona com a capacidade que a característica anterior tem de conduzir a novas amizades. Para Aristóteles, a amizade, em suas mais nobres expressões, é uma virtude considerada mais importante que a riqueza. Isto por que a amizade é um fim em si mesma, enquanto a riqueza é apenas um meio para chegar a este fim. Ou seja: *Surely it is strange, too, to make the supremely happy man a solitary; for no one would choose the whole world on condition of being alone, since man is a political animal and one whose nature is to live with others* (ARISTÓTELES, 1169b apud BRUNI; PORTA, 2007b, p. xiii). Dentro desta visão, um dos componentes essenciais para uma boa vida são aqueles concernentes às relações interpessoais. Deste modo, “participation in civil life, as much as having friends, loving and being loved are essential elements of a happy life” (BRUNI; PORTA, 2007b, p. xiv).

Em síntese, tais discussões sobre as abordagens e ideias apresentadas sobre bem-estar e felicidade são relevantes, pois estarão presentes em vários momentos deste trabalho. Importante ainda considerar que o debate contemporâneo relacionado à Economia da Felicidade está muito mais próximo às concepções hedonista, de modo que o eudemonismo ainda está bastante ausente (BRUNI, 2007). Por este motivo, grande parte dos

autores considera como sinônimos os termos bem-estar subjetivo, satisfação de vida, felicidade, utilidade¹. Por outro lado, Frey e Stutzer (2000, p. 25) afirmam que *While hedonic and eudaimonic well-being are distinct, their respective measures are often strongly correlated*.

3 Da felicidade pública à riqueza das nações

Bruni e Zamagni (2010) explicam que o termo felicidade pública é parte da tradição civil da Itália do século XVIII. Este termo apareceu pela primeira vez em 1749 no livro *Della pubblica felicità* de Ludovico Antonio Muratori [1672-1750], sendo intensamente utilizado a ponto de tornar-se *slogan* da escola civil italiana. Poucos anos depois, o Iluminismo francês teria divulgado o verbete para o resto do mundo através da *Encyclopédie* [publicada em 1751].

De acordo com Bruni e Zamagni (2010), os autores civis italianos do século XVIII eram economistas, e estes antecederam Adam Smith [1723-1790, considerado atualmente o “Pai da Economia Moderna”]. Para tais autores, o adjetivo público associado ao substantivo felicidade tinha o significado de que a felicidade, diferente do que ocorre com a riqueza, depende dos outros [*público*]: “eu posso ser rico, até sozinho, mas, para ser feliz, preciso da companhia de pelo menos mais uma pessoa” (BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p. 65). Neste sentido, o autor italiano Antonio Genovesi [1712-1769] almejava que a motivação humana não fosse reduzida à ideia de autointeresse. Para ele, *the chief advantage of society is not to be found in its production of material goods, but in the enjoyment of social relationships* (BRUNI, 2007, p. 31).

Outro significado para o termo felicidade pública, conforme enfatiza um dos pensadores italianos da época chamado Giambattista Vico [1668–1744], é o fato de que ela depende de condições institucionais e estruturais também pertinentes aos governantes assegurarem através de leis, instituições civis e confiança social [...] *in order to make the ‘hand’ work properly* (BRUNI, 2007, p. 31), e de modo que o interesse privado fosse transformado em felicidade pública. Fica implícito aí que os economistas da Escola Civil Italiana não acreditavam na autoregulação econômica e social através do autointeresse. Eles, ademais, tinham como objetivo propor caminhos para que o político ou governante garantisse meios para que os indivíduos fossem felizes ou removesses as causas da infelicidade.

Para Bruni e Zamagni (2010) os economistas italianos tinham como tese-chave que o interesse privado não origina ne-

1 Por exemplo, Easterlin (2003), Frey e Stutzer (2007), Layard (2005a), Ng (1997) e Oswald (1997).

cessariamente a felicidade pública². Esta seria, antes de tudo, fruto das virtudes civis. Havia nesta tradição um sentido paradoxal de felicidade, ao considerar que uma pessoa depende do contato com outros indivíduos e fazendo os outros felizes para levar uma boa vida:

Vós labutais por vosso interesse; homem algum poderia agir de outra forma, que não fosse por sua felicidade; seria um homem menos homem. No entanto, não desejais a miséria alheia; e, quando podeis, e na medida que o podeis, procurais fazer os outros felizes. Quanto mais as pessoas agem por interesse, contanto que não sejam loucas, mais devem ser virtuosas. É uma lei universal não ser possível alcançar a nossa felicidade sem realizar a dos outros (GENOVESI, 1963 apud BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p. 79-80).

Deste modo, explica Bruni (2007), a felicidade seria subproduto das virtudes. Inclusive o mercado seria o local para colocar as virtudes em prática através da busca do bem comum e do controle do individualismo. O desenvolvimento econômico, por sua vez, deveria ocorrer concomitantemente com a promoção da confiança e do capital social. Isto significava, para os autores italianos, promover as virtudes civis da amizade, da assistência comum, da reciprocidade.

Por fim, a ideia de felicidade como virtude é originária de Aristóteles, através do conceito de eudemonismo. Os economistas italianos do século XVIII utilizaram deste pressuposto filosófico e acreditavam que:

Within a theory of happiness as eudaimonia, the more individuals behave virtuously, the more individual happiness increases, the more civic virtues [...] grow, the 'happier' the population (public happiness) is (BRUNI, 2007, p. 33).

Por outro lado, diferentemente dos italianos, conforme explica Bruni (2007), Adam Smith – e a tradição inglesa Clássica – não se deteve no estudo sobre a felicidade pública, mas sim sobre a Riqueza das Nações [obra de Smith, publicada em 1776], o que incluí sua criação, crescimento e distribuição. Smith e os Clássicos consideravam que felicidade não é riqueza, mas que a riqueza pode ser um meio capaz de proporcionar a felicidade. Esta relação riqueza-felicidade é ressaltada por Thomas Malthus [1766-1834] ao se referir a Smith:

The professed object of Dr Adam Smith's inquiry is the nature and causes of the wealth of nations. There is another inquiry however perhaps even more interesting, which he

2 Interesse contraponto a esta tese encontra-se na famosa A Fábula das Abelhas, de Bernard Mandeville. Publicada em 1705, esta obra apresenta, de forma sátira, que os vícios privados possibilitam interesses públicos, isto é, são causas do bem-estar e do progresso social.

occasionally includes in his studies and that is the inquiry into the causes which affect the happiness of nations... I am sufficiently aware of the near connection of these two subjects and that the causes which tend to increase the wealth of a state tend also, generally speaking, to increase happiness... But perhaps Dr Adam Smith has considered these two inquiries as still more nearly connected than they really are (MALTHUS, 1798 apud BRUNI, 2007, p. 29).

Entretanto, ao relacionar o aumento da felicidade aos objetivos econômicos de geração de riqueza material, a crença de que a riqueza é meio para ser feliz é mais complexa que a simples igualdade mais riqueza *igual a* mais felicidade. Na realidade, o homem fará os esforços para alcançar a fortuna na crença de que isto lhe dará maiores gozos e satisfação. Smith (1999) conta, em forma de história, que o filho do homem pobre admira a condição dos ricos tão logo começa a olhar ao seu redor. Pensa que a choupana do pai é pequena demais para acomodá-lo e imagina que estaria confortável se estivesse hospedado num palácio. Acredita que alcançando isto, ficaria sentado, contente, quieto, divertindo-se com a ideia de felicidade e tranquilidade de sua situação. E para este fim, submete-se às fadigas do corpo e às perturbações do espírito, dedicando-se dia e noite para adquirir talentos superiores aos seus competidores.

Segundo Costa (2009), no livro *Teoria dos Sentimentos* Moraes [publicado em 1759], Smith apresenta como princípio fundamental que as percepções morais de cada indivíduo são pautadas de acordo com as ações dos outros. Ao julgar o próximo, os homens fazem juízo de si mesmos, o que Smith chamou de simpatia. Assim, os homens têm a tendência de simpatizar com a alegria ao invés da dor, sendo então mais fácil obter aprovação dos outros na felicidade que na adversidade. A partir disto, Smith traça a origem da ambição, do desejo de preeminência e de honra, da paixão por receber a simpatia, atenção e aprovação geral. Smith acreditava que para alcançar a simpatia dos outros é preciso “considerar a felicidade não à luz de que se apresenta a si, mas à luz com que se apresenta à humanidade em geral” (COSTA, 2009, p. 5). Deste modo, os homens buscam exibir a riqueza e esconder a pobreza e fazem os esforços necessários para alcançar melhores condições de vida material.

Apesar de tais considerações sobre a natureza humana, Smith era cético no que tange o papel da riqueza para a felicidade. O desejo por maiores níveis de renda, consumo e reconhecimento social seriam uma crença ilusória ou decepção – *deception* é a palavra que ele utiliza (GIANNETTI, 2002). Contudo, esta decepção seria justamente a base da dinâmica social. *The emulation of wealth and greatness of the rich is the engine of both social mobility and economic development* (BRUNI, 2004, p. 436), conforme pode ser bem entendido na seguinte passagem:

É bom que a natureza nos imponha desta maneira. É esta ilusão que cria e mantém o movimento contínuo da operosidade da humanidade. Foi ela que primeiro incitou os homens a cultivar o solo, a construir casas, a fundar cidades e comunidades e a inventar e fazer progredir todas as ciências e artes que enobrecem a vida humana (SMITH, 1937 apud HUNT, 2005, p. 43).

Nota-se nesta citação uma das ideias centrais de Smith: a da “mão invisível”, isto é, de que as pessoas eram conduzidas de modo a promover o bem-estar social, mesmo que não tenham esta intenção. O ideal de felicidade através da riqueza material, apesar de ilusório, gerava movimentos econômicos e sociais de prosperidade (HUNT, 2005).

Por considerar que a riqueza por si só não era motivo de felicidade, “[...] Smith jamais confundiu a riqueza das nações com a felicidade das nações” (GIANNETTI, 2002, p. 88). Com exceção dos miseráveis, Smith acreditava que a Providência Divina havia distribuído o contentamento e a dor de forma razoavelmente equânime entre todos os indivíduos: “No que se refere à verdadeira felicidade da vida humana, não são [eles, os pobres] em nada inferiores aos que pareceriam estar tão acima deles. No conforto do corpo e na paz de espírito, todas as diferentes posições da vida estão quase no mesmo nível [...]” (SMITH, 1987, p. 226). Smith ajuizava que apesar de alguns poucos senhores terem dividido o mundo, a Providência não havia se esquecido daqueles que parecem ter ficado de fora, pois, se não havia no mundo uma divisão igual dos meios materiais, havia sim da felicidade (BRUNI, 2007).

Todavia, se esta prosperidade não proporciona necessariamente felicidade, se a interface riqueza-felicidade é uma ilusão, por que Smith se dedicou ao estudo dos meios para aumentar a riqueza? Para este questionamento, a possível resposta de Smith seria que a felicidade [...] *is produced by an active life and modest wealth, but not by idleness, luxury and excessive wealth* (BRUNI, 2007, p. 36). Também, na época de Riqueza das Nações, a busca geral por riqueza (excedente) *provides the motivational power for the economic system* (ibid), proporcionando a todos os meios de subsistência e bem estar. Ou seja, havia um sentido para a busca de riquezas, pois isto gerava forças impulsoras no sistema econômico capazes de dirimir a miséria e outros problemas relacionados como fome e doenças, possibilitando assim melhor qualidade de vida a um número maior de indivíduos.

Assim, Smith escolheu estudar a Riqueza das Nações e não a felicidade das nações. O título do livro em si define o objeto da Economia Política recém-nascida. Neste, ele oferece sugestões que possibilitariam a maior riqueza e bem estar da sociedade. Ele entendia que: “A felicidade dos homens, assim

como de todas as outras criaturas racionais, parece ter sido o propósito original do Autor da Natureza quando os criou” (SMITH, 1999, p. 200), mas que “Nenhuma sociedade pode certamente ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros for pobre e desgraçada” (SMITH, 1987, p. 196).

4 Do utilitarismo à economia neoclássica do bem-estar

Em suas concepções filosóficas, Smith foi influenciado pelo eudemonismo e estoicismo, pois considerava que a felicidade só poderia ser alcançada pelo homem virtuoso – para Smith, não há felicidade sem a prática das virtudes, concepção esta aristotélica –, estando também associada com o conceito de prazer e tranquilidade – relativo ao estoicismo. Neste contexto, a riqueza seria apenas um meio para ser feliz, uma tese não muito distante de outros economistas Clássicos (BRUNI, 2007).

Com Jeremy Bentham [1748-1832], a distinção entre o fim (felicidade) e os meios (riqueza) desapareceu. A felicidade, entendida como prazer, tornou-se o fim imediato das ações econômicas. A abordagem de Bentham distancia-se então dos Clássicos Ingleses e dos Economistas Civis Italianos, desconsidera o pensamento aristotélico e inspira-se na filosofia hedonista (BRUNI, 2007). Ele afirma peremptoriamente que: “A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer” (BENTHAM, 1979, p. 3). Com esta frase, Bentham inicia o seu livro *Princípios da Moral e da Legislação* [publicado em 1789]; também dá início a uma nova concepção do termo felicidade, entendida como prazer, que nortearia a Economia daí em diante.

Outro sinônimo de felicidade em Bentham é a utilidade (da qual provém utilitarismo): “O princípio da utilidade constitui o fundamento da presente obra” (BENTHAM, 1979, p. 3). Ele explica o termo como sendo “[...] aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo [...]” (ibid, p. 4). O termo utilidade, por sua vez, expressa a “[...] propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade [...]” (ibid). Para Bentham, felicidade, prazer e utilidade teriam o mesmo significado.

As motivações humanas derivariam unicamente do desejo de sentir prazer e evitar a dor, o que também poderia ser qualificado como o desejo de maximizar a utilidade. Ao reduzir as motivações a um único princípio, Bentham acreditava ter encontrado a resposta para a elaboração de uma ciência do bem-estar que pudesse ser demonstrada com exatidão matemática (HUNT, 2005). Bentham (1979) argumentava que os prazeres e as dores poderiam ser quantificados de modo que fosse possível compre-

ender seus valores. Desta forma, ele sugeriu um método para medir a soma de prazeres ou de dores, que teria o valor maior ou menor conforme sete circunstâncias: intensidade, duração, certeza ou incerteza, proximidade ou longinquidade, fecundidade, pureza e extensão.

Além de conceber os indivíduos como maximizadores de utilidades, Bentham os via ainda como individualistas: “No curso geral da vida [...] em todo o coração humano o interesse próprio predomina sobre todos os outros interesses em conjunto... A preferência por si mesmo tem lugar em toda parte” (BENTHAM, 1954 apud HUNT, 2005, p. 124).

Conforme explicam Bruni e Zamagni (2010), na obra de Bentham, o espírito individualista e hedonista torna-se o motor da ação humana. Em seu sistema, realizou-se a identificação entre felicidade e utilidade, e, com isto, a ciência econômica neoclássica, ao longo do século XX, passou a dedicar-se à utilidade individual e às preferências reveladas.

Bentham forneceu as bases teóricas que concebiam os indivíduos individualistas e maximizadores de utilidades. Todavia, foi William Jevons [1835-1882], Carl Menger [1840-1921] e Léon Walras [1834-1910] que demonstraram, através do cálculo diferencial, a visão utilitarista da natureza humana como maximizadora racional e calculista de utilidade, pressupostos estes que marcaram a chamada Revolução Marginalista (FEIJÓ, 2001). Estes três autores desenvolveram métodos matemáticos para explicar a utilidade marginal decrescente, isto é, como a utilidade proporcionada pelo consumo de um bem tende a ser menor a cada unidade adicional consumida (HUNT, 2005). Jevons, Menger e Walras mudaram a forma da economia utilitarista, sem que houvesse grande mudança em seu conteúdo. As formulações destes autores, como a teoria do valor-utilidade nos três economistas e do equilíbrio geral em Walras, permanecem como cerne da teoria microeconômica até os dias de hoje (ibid).

A Revolução Marginalista, do ponto de vista da história das ideias, associou intimamente a matemática de Newton e o utilitarismo de Bentham à teoria econômica. A assimilação da mecânica newtoniana evidenciou o caráter matemático da economia. A assimilação do utilitarismo foi crucial na ciência política, porque sugere maneiras de avaliar as políticas econômicas de acordo com a eficiência em satisfazer os desejos e necessidades dos indivíduos (COOTER; RAPPOPORT, 1984).

Por um lado, os marginalistas, ao modificarem a agenda e os métodos utilizados na economia, obtiveram uma teoria rigorosa e unificada, que explica o comportamento econômico de modo científico e, a princípio, passível de ser testado empiricamente. Este desenvolvimento possibilitou que fossem integradas as teorias do consumidor e da firma, do valor e da produção através da nova estrutura e método de análise econômica. O cálculo

marginalista tem importância intrínseca como elo unificador destas novas teorias. A Economia passa a objetivar posições ótimas de equilíbrio para dado recursos, em que consumidores e produtores maximizem satisfação e lucro, além de ser utilizada em outras análises como, por exemplo, no mercado de trabalho. Estes fatos causaram a difusão e consolidação da ciência econômica como disciplina acadêmica (FEIJÓ, 2001). Isto porque, através dos princípios de maximização da utilidade dos indivíduos ou do lucro das firmas “[...] os economistas neoclássicos construísem um edifício bem organizado, simétrico e esteticamente agradável, dedutivo e matemático [...]” (HUNT, 2005, p. 362).

Por outro lado, para lograrem obter unidade em suas estruturas teóricas, os marginalistas substituíram os aspectos sociológico e histórico dos indivíduos por um agente maximizador, racional, e coerentes em seus desejos. Ou seja, a Economia deixa de ser uma ciência que explica as relações sociais para estudar a relação psicológica entre homens e bens de consumo. A matemática e o método dedutivo-lógico ganham maior importância na formulação de modelos, diminuindo o interesse na observação direta dos fenômenos econômicos e sociais. O núcleo teórico da economia é reduzido para um problema de maximização condicionada (FEIJÓ, 2001; HUNT, 2005).

Neste íterim, Francis Edgeworth [1845-1926] foi o pioneiro na análise das curvas de indiferença. Enquanto Jevons, Menger e Walras tratavam a utilidade total do consumidor como uma função aditiva do tipo $U_t = u_1(x_1) + u_2(x_2) + \dots + u_n(x_n)$, em que a utilidade u de uma mercadoria i é função somente das quantidades x_i , Edgeworth introduziu uma função de utilidade em que há dependência entre as utilidades de cada bem, expressa como $U_t = U(x_1, x_2, \dots, x_n)$ (FEIJÓ, 2001). Esta função é a expressão matemática da curva de indiferença, que representa “todas as combinações de cestas de mercado que fornecem o mesmo nível de satisfação a um consumidor” (PINDYCK; RUBINFELD, 2006, p. 58).

Entretanto, foi Vilfredo Pareto [1848-1923] quem demonstrou que a Economia pode prescindir dos conceitos de prazer e utilidade e dos motivos egoísta ou altruísta para a ação, pois o economista pode obter todos os dados que precisa ao observar as escolhas ocorridas no mercado e os respectivos dados de oferta e demanda. Ou seja, a economia poderia ser constituída diretamente a partir dos fatos: dados psicológicos não são necessários para a Economia, as escolhas são o suficiente, o que difere de Edgeworth, que ainda acreditava na noção de utilidade (BRUNI, 2006). Além disto, Pareto forneceu as bases epistemológicas da teoria econômica contemporânea, ao introduzir o conceito conhecido como *Eficiente de Pareto* ou *Ótimo de Pareto*. O Ótimo de Pareto é uma situação em que nenhum agente poderá melhorar sua posição sem piorar a de outro, em outras palavras,

os recursos da economia estão de tal forma alocados que não existe nenhuma reordenação capaz de melhorar a condição de qualquer indivíduo sem piorar a de outros. Ou seja, neste caso a economia encontra-se em uma posição *ótima* (FEIJÓ, 2001; HUNT, 2005). Segundo Sandroni (2004), a Economia do Bem-Estar estuda, em grande medida, os meios para que um Ótimo de Pareto seja alcançado. E, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 50), o primeiro teorema da Economia do Bem-Estar afirma que “[s]e todos fizerem transações em um mercado competitivo, todas as transações mutuamente vantajosas serão realizadas e o equilíbrio na alocação de recursos será economicamente eficiente”, ou seja, este teorema nada mais é do que um Ótimo de Pareto.

Por último, John Richard Hicks [1904-1989], Paul Samuelson [1915-2009] e Roy Allen [1918-1991] estão entre os economistas que desenvolveram a teoria econômica a partir de Pareto para uma perspectiva experimental, através dos fundamentos da teoria da escolha racional e das preferências reveladas (BRUNI, 2002; FEIJÓ, 2001). Hicks e Allen, por exemplo, definiram complementaridade e lei da utilidade marginal decrescente em termos estritamente não-utilidade, o que não foi conseguido por Edgeworth e Pareto. Eles forneceram as bases técnica para uma da teoria comportamental do consumidor, ao isolar e desenvolver as partes que não dependem de cardinalidade. Os conceitos de utilidade marginal de um bem e o de complementaridade entre dois bens foram substituídos, respectivamente, pelos conceitos de taxa marginal de substituição entre dois bens e uma concepção revista de complementaridade que exigia a presença de três bens. Essas mudanças não alteraram qualquer dos resultados padrões sobre o equilíbrio do consumidor, mas as implicações para o significado de utilidade foram substanciais: um conceito que descreve impulsos mentais (utilidade marginal) foi substituído por um conceito comportamental (taxa marginal de substituição) (COOTER; RAPPOPORT, 1984). Paul Samuelson, por sua vez, desenvolveu o conceito de *preferências reveladas*, em que as escolhas do consumidor (que são observáveis) *revelam* as preferências (não observáveis). Ou seja, se um consumidor, tendo em conta sua restrição orçamentária, escolher uma cesta de bens *A* em detrimento de outra opção *B*, então *A* é preferível a *B*. Neste caso, não é necessário nem mesmo um ordenamento das preferências, pois o comportamento do consumidor é suficiente para determinar o que maximizará sua satisfação (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; FEIJÓ, 2001).

Estes últimos refinamentos das premissas comportamentais da Economia Tradicional, em meados do século XIX, sepultaram de vez o subjetivismo presente na teoria, em que a utilidade pode ser cardinalmente medida e comparada, tal como se apresenta, por exemplo, nos estudos de Jevons, Menger e Walras. Ou seja, o que explicava a conduta individual eram elementos

subjetivos, em que “[...] há a idéia do homem que age após antecipar as consequências de seus atos, governando sua ação pelo saldo entre o desejado e o indesejado” (FEIJÓ, 2001, p. 276). “A utilidade era concebida como uma relação cardinalmente mensurável entre uma pessoa e os objetos externos de consumo”, sendo que “[t]odo comportamento humano era, então, reduzido a tentativas de maximização da utilidade” (HUNT, 2005, p. 366). Os economistas do século XX buscaram remediar os conceitos do hedonismo psicológico, mas continuar tirando as mesmas conclusões referentes ao comportamento maximizador dos indivíduos. Ou seja, apesar das reformulações epistemológicas da teoria econômica, a ética hedonista continua sendo a base da mesma. E a ideia de que, se o indivíduo gosta de algo, o melhor é ter mais, é o princípio normativo último da economia do bem-estar, que pode ser afirmado de várias maneiras:

mais prazer é, eticamente, melhor do que menos prazer (versão de Bentham); mais utilidade é, eticamente, melhor do que menos utilidade (versão neoclássica de fins do século XIX); uma posição preferida no ordenamento de preferências de um indivíduo é, eticamente, melhor do que uma posição não preferida (versão neoclássica contemporânea) (ibid).

Esta “edificação” teórica ortodoxa demonstrou que através do comportamento maximizador de consumidores e produtores, em condições de concorrência, a sociedade alcançaria níveis ótimos de bem-estar. Este comportamento passa a ser observado empiricamente, de acordo com o ordenamento de preferências dos indivíduos e de sua dotação inicial de ativos (HUNT, 2005). Assim, quanto maior a renda do indivíduo (*dotação inicial*), melhor ele poderá eleger (*ordenamento de preferências*) bens e serviços que proporcionam um aumento do seu bem-estar.

Isto significa que o resultado das formulações teóricas da Economia Ortodoxa foi tornar renda, riqueza e consumo como fins principais em Economia e medidas de bem-estar, ou seja, deixam de ser pré-requisitos e passam a ser o fim último da ação econômica e da felicidade dos indivíduos. A felicidade passou a ser traduzidas então em termos como prazer (Bentham), utilidade (Jevons, Menger, Walras), escolhas (Pareto), preferências (Hicks) ou escolhas racionais (Samuelson) (HUNT, 2005; BRUNI, 2006; BRUNI, 2007). A partir deste momento, conclui Bruni (2004), há um *break-point*, ou ponto de ruptura, na história da felicidade na Economia, pois ocorre o reducionismo do conceito de felicidade/eudemonia para a conjunção utilidade/prazer, ao que corroboram Bruni e Zamagni (2010, p. 96): “Após a passagem utilitarista – cujas marcas são ainda hoje bem visíveis na ciência econômica –, os vestígios da antiga felicidade desaparecem do horizonte da economia”.

5 A economia da felicidade

A Economia da Felicidade é uma proposta que retoma os estudos sobre felicidade em Economia, mas de forma empírica, que considera aspectos subjetivos da vida dos indivíduos, que questiona postulados da economia tradicional e que busca contribuir através da interface entre Economia e outras ciências sociais, conforme será discutido no texto que segue.

Segundo Bruni e Zamagni (2010, p. 233), “após um século de esquecimento [...], a felicidade voltou a aparecer na economia”. Isto veio ocorrer quando iniciaram as tentativas de “medir” a felicidade e relacioná-la com variáveis econômicas, como renda, inflação e desemprego, bem como variáveis ambientais, sociais, psicológicas tais como poluição, crime, suicídio, obesidade, depressão, entre outras.

O processo de redescoberta do construto felicidade iniciou nos anos 70, tendo como origem a publicação dos psicólogos Brickman e Campbell (1971). Com o título *Hedonic relativism and planning the good society*, este artigo de 1971 é considerado o ponto inicial dos estudos que relacionam as condições objetivas de vida dos indivíduos, tais como renda e riqueza, com o seu bem-estar pessoal. Os autores concluíram que há uma tendência humana de retornar rapidamente a um determinado nível de felicidade, mesmo após os principais eventos, positivos ou negativos, da vida, o que culminou no termo *hedonic treadmill*: *The nature of [adaptation] condemns men to live on a hedonic treadmill, to seek new levels of stimulation merely to maintain old levels of subjective pleasure, to never achieve any kind of permanent happiness or satisfaction* (BRICKMAN; CAMPBELL, 1971, p. 289).

Em Economia, as contribuições de Van Praag (1971a, 1971b) são importantes e precursoras, pois o autor fundou a chamada Leyden School, no qual foram desenvolvidos estudos que continuam relevantes em Economia da Felicidade. *In Van Praag (1971a) the first attempt was made to estimate such a utility function on the basis of survey data, where a kind of subjective satisfaction question was posed* (VAN PRAAG, 2010, p. 47). Bruni e Porta (2005b, p. 3) destacam que algumas publicações de Van Praag a partir de 1971 permitiram que ele descobrisse o que convencionaram chamar *preference drift*, que significa a ideia de que a satisfação dos indivíduos se adapta a novos padrões de consumo, isto é, o bem-estar derivado de um aumento da renda é muito mais desejado e apreciado *ex ante* que *ex post*. Este é um resultado similar ao conceito de *hedonic treadmill* apresentado por Brickman e Campbell (1971), porém mais operacional.

Apesar das contribuições de Brickman e Campbell (1971) e Van Praag (1971a, 1971b), Richard Easterlin é, em geral, considerado o economista precursor do tema Economia da Felicidade.

de. Easterlin (1974) analisou a relação renda e felicidade através de pesquisa empírica. Isto foi feito com o uso de dois tipos de dados. O primeiro foi fornecido pelas respostas para banco de dados Gallup, no qual uma pergunta direta era feita: *Taken all together, how would you say that you are – very happy, fairly happy, or not very happy?* (ibid, p. 91). O segundo provinha das pesquisas do psicólogo Handley Cantril, que em 1965 havia avaliado os medos, desejos e satisfação das pessoas em 14 países. Estas duas séries de dados utilizadas eram baseadas em uma autoavaliação subjetiva da felicidade e possibilitaram a Easterlin (1974) concluir em suas análises o que veio a ser nomeado posteriormente de *Paradoxo da Felicidade*, também conhecido por *Paradoxo de Easterlin*: por um lado, havia uma correlação entre riqueza e felicidade e era robusta: “In every single survey, those in the highest status group were happier, on the average, than those in lowest status group” (ibid, p. 100). Por outro lado, ao cruzar dados de diferentes países, não era geral a relação entre riqueza e felicidade e, mesmo existindo, não era robusta: *if there is a positive association among countries between income and happiness it's not very clear. The international data are intriguing in various aspects* (ibid, p. 108).

Conforme Easterlin (2003), as pesquisas iniciadas na década de 1970 permitiram que grupos de indivíduos fossem comparados de acordo com suas respostas. Neste sentido, desenvolveu-se substancial literatura em torno da confiabilidade, validade e comparabilidade das respostas. O tema passou a ser abordado por outros economistas, possibilitando que evoluísse de modo lento, mas constante. São exemplos os trabalhos de Scitovsky (1976), Hirsch (1977), Ng (1978), Layard (1980) e Frank (1985), ao acrescentarem importantes contribuições.

De acordo com Frey (2008), é a partir de 1993 que a Economia da Felicidade passou a ter amplo interesse entre os economistas. Neste ano foi organizado em Londres um simpósio sobre o tema, possibilitando que os procedimentos fossem posteriormente publicados no *The Economic Journal*³. Em razão disto, *Since the late 1990s, economists have started to contribute large-scale empirical analyses of the determinants of happiness in different countries and periods* (FREY; STUTZER, 2002b, p. 404).

Já na década de 2000, a interface Felicidade e Economia tem sido tema de livros de conceituados autores, os quais são referências para o desenvolvimento deste trabalho⁴. Além disto, pesquisas têm sido publicadas em periódicos acadêmicos da

3 Foi feito um recorte especial sobre o tema na *The Economic Journal* com os trabalhos de Dixon (1997), Frank (1997), Ng (1997) e Oswald (1997).

4 Este trabalho utilizou, entre outras referências, os seguintes livros: Bruni (2006), Bruni e Porta (2005a, 2007a), Bruni e Zamagni (2010), Frey (2008), Frey e Stutzer (2002a, 2007), Giannetti (2002), Layard (2005a) e Van Praag e Ferrer-I-Carbonell (2010).

disciplina. De acordo com Veenhoven (2005), a felicidade tem sido avaliada em cerca de 3.000 estudos empíricos, sendo que o volume de investigações tem crescido exponencialmente.

O tema ganhou também ênfase em periódicos não acadêmicos, como, por exemplo, a conceituada revista *The Economist*. Na última década, a *The Economist* tem feito diversas matérias tratando de questões relacionadas à Economia da Felicidade. Ao pesquisar no site da revista (www.economist.com) palavras chaves como “*happiness and economics*”, “*subjective well-being*”, “*economics of happiness*”, é possível encontrar mais de duas dezenas de artigos.

No Brasil a temática Economia da Felicidade ainda é incipiente, podendo-se citar os seguintes trabalhos já realizados: o estudo de caso de Rodrigues e Shikida (2005), que analisa empiricamente a relação entre felicidade e dinheiro na cidade de Cascavel, PR. O artigo de Corbi e Menezes-Filho (2006), o qual busca compreender os determinantes do bem-estar e da felicidade dos indivíduos através de diferentes variáveis econômicas retiradas do *World Values Survey* para cinco países, com ênfase no Brasil. Faz isto aproximando a felicidade declarada dos indivíduos com variáveis como renda, estado civil, idade, dentre outras. A tese de Lima (2007), que, com uma ótica similar ao trabalho anterior, atenta-se principalmente em fazer uma análise relativa da renda e do desemprego em relação à felicidade dos indivíduos no Brasil. Há ainda o trabalho de conclusão de curso de Becker (2009), o qual procura identificar se há correlação entre riqueza e felicidade em uma série de países estudados, tendo como base a análise de diversos trabalhos e artigos a respeito do tema.

Outro trabalho a destacar é o PNDU (2009). Desde os primeiros Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) da ONU, considerava-se a felicidade como um aspecto para a qualidade de vida que independe unicamente de riqueza: “[...] O objetivo dele [isto é, do RDH] era mostrar que as condições básicas de qualidade de vida de um povo dependem não somente da produção de riquezas mas também daquilo que elas podem usufruir, como uma vida saudável, conhecimentos e oportunidades para serem felizes” (PNUD, 2009, p. 12). Soma-se ainda que, neste último relatório, houve uma consulta popular com mais de meio milhão de pessoas, questionando o que precisava mudar no Brasil para a vida destas pessoas melhorar de verdade. Ou seja, buscou-se relacionar a declaração das pessoas, método utilizado nos novos estudos sobre Economia da Felicidade.

Outrossim, na sexagésima quinta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a ONU convidou os Estados-Membros a prosseguirem com ações que capturassem a importância da busca da felicidade e do bem estar no desenvolvimento, de modo a contribuir na definição de políticas públicas. Este convite se

deu através da resolução chamada *Happiness: towards a holistic approach to development* (AGNU, 2011). A adoção desta resolução pelos 193 estados-membros da ONU significa que a felicidade foi oficialmente colocada na agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento.

Todavia, a certificação pela ONU de que a busca da felicidade é um propósito fundamental de todo ser humano é uma constatação já presente e compartilhada nas pesquisas de economistas como Layard (2008, p. 139), que afirma ser a felicidade “evidentemente boa” e “obviamente importante” e Frey e Stutzer (2002b, p. 402), que diz ser a felicidade “*considered an ultimate goal of life; virtually everybody wants to be happy*”. Inclusive Amartya Sen (2011), ao debater as ideias de Layard, concorda que “[...] a felicidade é sem dúvida uma conquista momentosa, cuja importância é suficientemente manifesta” (ibid, p. 308), sendo que “temos muito boas razões para buscar promover a felicidade das pessoas, incluindo a nossa” (ibid, p. 307). Por sua vez, o economista brasileiro Eduardo Giannetti (2002, p. 59) pode sintetizar a questão ao afirmar que “[...] o propósito terreno das pessoas de carne e osso em qualquer lugar do planeta é alcançar a felicidade e fazer o melhor de que são capazes de suas vidas”. Assim, a Economia da Felicidade retoma o caráter central da felicidade para valoração da sociedade, sendo que os objetivos econômicos, políticos e sociais deveriam ser traçados de modo a aumentá-la. A felicidade é entendida então com fundamental para avaliar o bem-estar.

6 Viabilidade da avaliação da felicidade dos indivíduos

Um dos meios comumente utilizados em Economia da Felicidade para saber se as pessoas estão mais ou menos felizes em relação à vida que levam, e à medida que as condições de mundo se modificam, é *perguntando a elas*, o que proporciona uma medida de bem-estar subjetivo.

Nas últimas três décadas, uma formidável bateria de questionários e entrevistas vem sendo aplicada a amostras representativas das populações de dezenas de países, principalmente entre os de alta renda per capita, procurando obter respostas sobre o grau de felicidade (elevada, moderada ou baixa) dos indivíduos com a sua vida como um todo (GIANNETTI, 2002, p. 62-63).

O primeiro registro de tais pesquisas em Economia resulta do artigo de Easterlin (1974, p. 91): *Taken all together, how would you say things are these days – would you say that you are very happy, fairly happy, or not very happy?* A partir das respostas, é possível fazer uma escala (1) *very happy*, (2) *fairly happy* e (3) *not very happy* e comparar com outras variá-

veis. Segundo Easterlin (1974), nas pesquisas do *Gallup*, a pergunta sobre a felicidade estava combinada com 50 ou mais questões, muitas destas tratando de eventos da época ou políticos, sendo que a questão sobre status econômico se encontrava no final da pesquisa.

Na atualidade, a configuração dos questionários continua semelhante, com uma ou duas questões relacionadas à felicidade ou satisfação de vida como um todo, seguido por perguntas sobre temas sociais, políticos, econômicos, relacionado à vida do indivíduo, a fatos contemporâneos, dentre outros. Dolan, Peasgood e White (2008) revelam que os 19 maiores bancos de dados (*surveys*), que utilizam medidas de bem-estar subjetivo em pesquisas nacionais ou transnacionais, incluem apenas uma ou às vezes duas questões sobre a felicidade. Apresenta então uma tabela com a relação destes 19 *surveys*, organizada em quatro colunas com as seguintes informações: nome da instituição de pesquisa, os detalhes de cada banco de dados, a(s) questão(ões)-chave sobre a felicidade ou satisfação e a escala de respostas.

Entretanto, para que a felicidade possa ser mensurada, deve ser analisada a viabilidade dos questionários que fornecem esta fonte de dados. De acordo Frey e Stutzer (2002a), esta avaliação pode ser feita através dos critérios de confiabilidade, validade, coerência e comparabilidade.

Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 287) explicam que “[a] *confiabilidade* de um instrumento de medição se refere ao grau em que sua aplicação, repetida ao mesmo indivíduo ou objeto, produz resultados iguais”. Frey e Stutzer (2002a) salientam que o bem-estar subjetivo é moderadamente estável e adequadamente sensível às mudanças nas circunstâncias de vida⁵ e que problemas de distorção nas respostas podem ser mitigados ou até eliminados através de uma cuidadosa construção do questionário, considerando inclusive que as perguntas formuladas devam ter seu significado compreendido pelos entrevistados.

Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 288) afirmam que “[a] validade, em termos gerais, refere-se ao grau em que um instrumento realmente mede a variável que pretende medir”. Frey e Stutzer (2002a) declaram que as respostas às perguntas sobre a felicidade devem, portanto, refletir verdadeiros sentimentos interiores. Desta forma, para que as respostas não sejam viesadas em razão de serem sensíveis a eventos da vida do entrevistado, como por exemplo não ter ele qualquer pista sobre quão feliz está porque nunca pensou sobre essa questão ou por mecanismos de defesa psicológicos, deve-se utilizar uma amostra de tamanho suficiente ou, novamente, um questionário de pesquisa apropriado e estruturado, então a pesquisa apresentará o critério de validade.

5 Para mais amplo entendimento sobre esta questão, ver Headey e Wearing (1991).

Coerência refere-se à quão bem o sentimento íntimo de felicidade experimentada pelos indivíduos e medido pelo índice de bem-estar subjetivo corresponde a outras observações de um mesmo fenômeno. Há um grande número de tais observações que se correlacionam com as medidas de bem-estar subjetivo. Por exemplo, pessoas que relatam ser mais felizes que a média são mais suscetíveis de serem avaliadas como sendo felizes também por amigos, familiares e cônjuges; sorriem mais frequentemente durante interações sociais; são mais propensas a iniciar contatos sociais e fazer amigos; são mais predispostas a responder aos pedidos de ajuda; dentre outros⁶.

Comparabilidade refere-se a comparação entre pesquisas de diferentes lugares ou nações. A felicidade reportada pode ser tendenciosa devido a diferenças culturais. Entretanto, tais diferenças não tornam as comparações sobre felicidade entre países menos significativas. Importante, todavia, considerar algumas condições, conforme Frey e Stutzer (2002a): a precisão da pesquisa depende dos objetivos e de uma amostra representativa e uma quantidade suficiente de dados, de modo que erros dispersos no relato do bem-estar subjetivo pelos indivíduos sejam tratados pela aplicação de técnicas econométricas adequadas; muitas das deficiências enumeradas podem ser atenuadas por projetos de pesquisa apropriados e; a qualidade dos dados sobre a felicidade deve ser comparada com conceitos alternativos⁷ capazes de medir o nível de vida e satisfação dos indivíduos.

7 Os determinantes da felicidade

De acordo com Layard (2005a), são sete os principais fatores determinantes da felicidade dos indivíduos: situação financeira, relacionamentos familiares, trabalho, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais. A seguir, serão então explorados separadamente cada um destes fatores, tendo como base os estudos de Layard (2005a), de Frey e Stutzer (2002a), além de outros autores que serão citados de acordo com o objeto de estudo.

Situação Financeira. Layard (2005a) verificou que uma queda terço na renda familiar (mantendo constante a renda nacional), provoca também uma queda na felicidade reportada, o que evidencia uma relação direta entre renda e felicidade. Frey e Stutzer (2002a, 2002b) também encontraram relação semelhante ao verificarem que as pessoas que usufruem de maior renda, na média, reportam maior felicidade que as pessoas mais

6 Para uma análise mais completa, ver os trabalhos de Frank (1997) e Powdthavee (2007).

7 Sugere-se a leitura de Frey e Stutzer (2002a), no qual são discutidas concepções alternativas de bem-estar.

pobres. Pessoas com maior renda possuem maior oportunidade de alcançar o que desejam, podem comprar maior número de bens e serviços, possuem maior status social. Por outro lado, esta correlação explica apenas uma pequena proporção da diferença de felicidade entre os indivíduos, havendo outros fatores capazes de fornecer um entendimento mais abrangente: Por exemplo, Frey e Stutzer (2002a) asseveram peremptórios que há razões para as quais maior renda não se traduz simplesmente em felicidade, sendo a mais importante a que se refere ao fato de as pessoas compararem-se umas com as outras⁸. Neste caso, não é a renda absoluta que importa mais, mas sim a renda relativa. Corroborando neste quesito Luttmer (2005), que descobriu em sua pesquisa que, controlando a variável renda do próprio indivíduo, maiores ganhos de vizinhos estão associados a níveis mais baixos de felicidade relatada. É por esta razão que a renda absoluta não importa tanto quanto a renda relativa, a qual se refere à posição relativa de um indivíduo em relação a outros. Assim, variações da felicidade estão mais associadas à renda relativa do que à renda absoluta (STUTZER, 2003).

Estas evidências têm sido debatidas desde Easterlin (1974), o que se configurou chamar *Paradoxo de Easterlin* ou *da Felicidade*. Ou seja, em qualquer sociedade, em determinado tempo, as pessoas mais ricas são mais felizes que as pessoas mais pobres, porém ao longo do tempo as sociedades mais ricas não são mais felizes que as sociedades mais pobres. Layard (2005a) apresenta um exemplo simples, o qual denota esta situação: quando todas as pessoas dirigem carros Ford compactos, isto possivelmente lhes é aprazível. No entanto, quando alguém compra um BMW, os outros talvez pensem que deveriam ter um também; o primeiro sente-se muito satisfeito com sua aquisição, mas quando todos tiverem um BMW, há uma tendência de adaptação, isto é, de retornarem ao estado de satisfação de quando possuíam apenas um Ford compacto. Do ponto de vista histórico, observa-se um dinamismo de inventividade que leva a contínua produção de novas necessidades suscitadas por novos desejos (CAMPBELL, 2001), porém a satisfação repetida destes desejos através do consumo não proporciona simplesmente maior felicidade⁹, podendo inclusive ocorrer o vício por renda e consumo constantemente maiores¹⁰, o que pode resultar em uma vida distorcida em razão da busca por dinheiro, mas distantes de outros propósitos (LAYARD, 2005a).

8 Interessantes exemplos de comparações sociais são apresentados nos livros de Ariely (2008, 2010) e Layard (2005a).

9 Easterlin (2005) apresenta estudo empírico no qual evidências que as aspirações por bens e serviços aumentam proporcionalmente ao aumento da renda.

10 Layard (2005a) apresenta empiricamente como ocorre o vício por mais consumo para que o indivíduo mantenha o mesmo nível de felicidade.

Relacionamentos Familiares. Mudanças na estrutura familiar causam uma grande diferença na felicidade. Situações como divórcio, separação e viuvez causam redução na felicidade relatada dos indivíduos (LAYARD, 2005a; FREY; STUTZER, 2002a). Entretanto, como esta análise leva em conta pessoas diferentes, há o risco de que pessoas menos felizes sejam mais propícias a se divorciar, separar ou permanecer solteiras. Para resolver esta questão de causalidade, seria necessário estudar a trajetória de vida dos indivíduos, o que foi feito por Easterlin (2003, 2005) ao apresentar um estudo do ciclo de vida de gerações entre 18 e 80 anos no qual é possível averiguar que pessoas casadas mantêm seus níveis de felicidade, enquanto dissoluções matrimoniais causam efeito negativo.

De acordo com Layard (2005a), os benefícios do casamento são óbvios: os casais dão um ao outro amor e aconchego, auxílio mútuo, dividem recursos financeiros e obtêm economias de escala. O nascimento do primeiro filho é fato que proporciona contentamento ao casal, felicidade esta que se mantém, na média, por dois anos, antes que retorne ao nível habitual (CLARCK et al., 2003). Também, os casados possuem uma vida sexual melhor, na média, que pessoas solteiras, pois podem ter maior número de relações sexuais e maior satisfação nestas (WAITE, 1995). Ademais, pessoas casadas são mais saudáveis e vivem mais (GARDNER; OSWALD, 2002). As pessoas precisam uma das outras e as pesquisas confirmam a importância do amor¹¹, de modo que vivenciar uma relação amorosa de qualidade e solidez proporciona maior felicidade (LAYARD, 2005a).

Trabalho. O trabalho proporciona mais que renda, proporciona um sentido para a vida e o sentimento de estar contribuindo para a sociedade como um todo. Por isto, o desemprego se equipara a um desastre na vida das pessoas, pois reduz suas rendas, destrói a autoestima e as relações sociais criadas através do trabalho (LAYARD, 2005a). Verificam-se então custos psicológicos e sociais relacionados ao desemprego. Primeiro, pelo fato de produzir depressão, ansiedade e baixa estima; segundo pelo estigma social existente (FEATHER, 1990 apud FREY; STUTZER, 2002a). Como consequência, a pessoa desempregada tem, em média, uma felicidade inferior àquela empregada, conforme averiguado empiricamente nos estudos de Layard, (2005a), Frey e Stutzer (2002a) e Di Tella, Macculloch e Oswald (2001).

Estes dados comprovam a correlação positiva entre felicidade e emprego, resultado diferente da concepção ortodoxa em Economia, que analisa o desemprego como uma escolha feita entre alternativas distintas e que, em certos aspectos, estar sem emprego não é fator de sofrimento (FREY; STUTZER, 2002a). Da mesma forma, lazer possui correlação positiva com a felicidade.

11 Para uma análise científica sobre o amor, ver Lewis et al. (2000).

Entretanto, uma das principais atividades de lazer da atualidade é assistir televisão, o que está relacionado com infelicidade quando a maior parte do tempo livre é utilizada para este fim¹². Novamente, estes subsídios teóricos distinguem-se das concepções tradicionais da perda de utilidade (ou seja, de prazer, satisfação) proporcionado pelo trabalho e do ganho dessa proporcionada pelo lazer (ARGYLL, 1996 apud FREY; STUTZER, 2002a).

Comunidade e Amigos. Uma necessidade básica dos seres humanos é a de estabelecer relações entre si. Os indivíduos possuem o forte desejo por intimidade e proximidade uns dos outros, de modo que buscam firmar e assegurar tais relacionamentos ao cercarem-se de familiares, amigos, colegas de trabalho, bem como pertencer a diversos tipos de agrupamentos sociais como organizações comunitárias, esportistas, igrejas. Esta necessidade está atrelada ao sentimento de poder dar e receber amor, cuidados e suporte (KASSER, 2002). Segundo Layard (2005a), um meio para avaliar a felicidade correlacionada com a qualidade de vida comunitária é perguntando aos indivíduos se acreditam que é possível confiar na maioria das pessoas ou se é preciso ser muito cuidadoso com elas. Segundo o autor, na média, indivíduos que acreditam ser a maioria das pessoas confiáveis são mais felizes. A resposta para esta questão também corresponde ao comportamento real do indivíduo na sociedade, conforme evidenciam os resultados da pesquisa empírica de Knack (2001), na qual examinou, em diferentes países, a resposta para a pergunta sobre confiança, relacionando com o número de carteiras propositalmente deixadas na rua e que foram devolvidas para o dono (havia o nome e endereço do dono na carteira). Também Helliwell e Putnam (2004) corroboram com o resultado de Layard (2005a), pois constataram que as relações de confiança e reciprocidade que existe entre cidadãos de uma dada sociedade estão associadas ao bem-estar subjetivo através de diferentes formas, dentre as quais os laços de amizade, incluindo vizinhos e colegas de trabalho, o engajamento civil e a confiança social.

Saúde. Saúde e felicidade são dois aspectos da vida dos indivíduos que estão fortemente correlacionados. Aqueles que descrevem possuírem uma saúde muito boa ou boa são mais felizes que os que relatam um estado de saúde regular ou ruim (LAYRD, 2005a; FREY; STUTZER, 2002a). O estudo de Mehnert et al. (1990) é elucidativo ao analisar a satisfação de vida (em uma escala de 5 pontos) para uma amostra representativa, sendo 675 os respondentes em condições incapacitantes, de invalidez ou deficiência e 1064 sem deficiência ou problemas graves

12 Bruni e Stanca (2008) apresentam estudo empírico em que concluem que o tempo gasto assistindo televisão tem um efeito negativo e significativo sobre o tempo gasto com atividades de voluntariado, recreativas, convivência com amigos, familiares, parentes, que proporcionam maior satisfação aos indivíduos.

de saúde¹³. Verificou-se que aqueles que reportam não possuem qualquer deficiência apresentam satisfação de vida superior àqueles com deficiência. Em relação aos indivíduos com deficiência, quanto maior a severidade de sua condição, maior as limitações em suas atividades diárias e quando o sujeito apresenta mais de uma deficiência, menor a satisfação de vida relatada. Por último, deficiência mental, física e outros problemas graves de saúde provocam insatisfação maior que deficiências sensoriais. Por último, Easterlin (2005) averiguou, ao estudar o ciclo de vida dos indivíduos, que as pessoas mais saudáveis comumente se dizem também mais felizes, tanto para jovens quanto para idosos, o que está consistente com os resultados anteriores.

Liberdade Pessoal. Layard (2005a) declara que a felicidade também depende da qualidade de governo, o que pode ser reflexo de seis quesitos: Estado de direito, estabilidade e ausência de violência, direito de expressão e responsabilização, eficácia dos serviços públicos, ausência de corrupção e eficiência do sistema de regulamentação. Estes quesitos traduzem as dimensões de liberdade pessoal, política e econômica. Através desta análise, o autor relaciona a felicidade declarada em dois países, para o ano de 1995: Bielorrússia, país caracterizado por governo comunista na época, e Hungria, que já havia assinalado a troca do comunismo para uma economia de mercado. O resultado é uma menor felicidade reportada pelos bielorrussos em comparação com os húngaros.

Corroborando com Layard (2005a) os resultados apresentados por Frey e Stutzer (2002a), os quais ressaltam que o caos político e institucional da República Dominicana no ano de 1962 era tal que apresentavam a menor média de satisfação de vida já reportada: 1,6 em uma escala de 0 a 10. Em contraste, em países democráticos e politicamente estáveis como Dinamarca, Suécia e Noruega apresentavam, na década de 90, médias de satisfação de vida de 8,16, 8,02 e 7,66 respectivamente. Os autores declaram então que felicidade e estabilidade política aparentam estar fortemente correlacionadas.

Também Veenhoven (2000) apresentou estudo em que compara 46 países e no qual avalia qual o efeito (se positivo ou negativo) da liberdade sobre a felicidade, quais as variantes da liberdade que mais contribuem para a felicidade e em que condições. Como resultado, há fortes evidências de que a liberdade econômica leva à felicidade, especialmente para indivíduos em condições de pobreza e baixa capacidade e, liberdade política e liberdade privada possuem efeito menos evidente sobre a felicidade, aparentando estarem restritos a países ricos e capazes.

13 Para facilitar, no texto que segue não será distinguido o problema de saúde, sendo que as amostras serão tratadas apenas como indivíduos com deficiência e indivíduos sem deficiência.

Deste modo, Layard (2005a), Frey e Stutzer (2002a) e Veenhoven (2000) relacionam a liberdade pessoal a condições político-econômico-institucionais que a possibilitam, tais como estabilidade política, livre mercado e democracia.

Valores Pessoais. Segundo Layard (2005a), a felicidade de cada indivíduo também depende de seus valores pessoais, ao que o autor relaciona com um estado interior e uma filosofia de vida. Apesar de não conceituar, o autor trata estes aspectos como meios em que as pessoas encontram uma fonte de conforto para suas vidas. Um caminho para encontrar conforto está na crença em Deus. Neste quesito, pessoas que respondem que Deus é importante em suas vidas são, em médias, mais felizes que aquelas que respondem não ser Deus importante.

Frey e Stutzer (2002a) compartilham o mesmo resultado, isto é, a crença em Deus e felicidade estão positivamente correlacionadas. Os autores explicam que a religião proporciona uma importante fonte de suporte na sociedade e oferece significados e propósitos de vida: pessoas com religiosidade lidam melhor com situações adversas e em média possuem melhor saúde em razão do seu comportamento apropriado, motivos estes¹⁴ que fazem com que seja elevada a felicidade destes indivíduos.

Layard (2005a) igualmente analisa a participação em uma religião e/ou a crença em Deus como um aspecto que possibilita a interação social e o interesse dos indivíduos com a situação do outro, não apenas com sua própria situação, atitude esta que proporciona maior felicidade e menor ansiedade que aquelas motivadas apenas pelo autointeresse. Além disto, ao avaliar os valores morais e espirituais no contexto histórico, considera ele que duas ideias são dominantes na atualidade da sociedade ocidental: A seleção natural de Charles Darwin e a mão invisível de Adam Smith, as quais induzem muitas pessoas a comportamentos individualistas e egoístas. Para o autor, o objetivo de autorrealização não é suficiente e surge como questão fundamental o sentimento de responsabilização social (sentir-se responsável também pelo outro) para a constituição de uma sociedade mais feliz.

8 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo compreender de que modo o tema felicidade esteve presente na pauta das Ciências Econômicas. Pode-se constatar que o tema Felicidade está inserido na teoria econômica desde seus primórdios. Porém, ocorreu uma pausa nos estudos com as mudanças de abordagem a partir dos economistas neoclássicos, os quais passaram a tratar

¹⁴ Em Frey e Stutzer (2002a) são detalhados cada um destes motivos com exemplificações.

sobre a utilidade e as escolhas dos indivíduos. Apenas na década de 1970 há uma virada epistemológica, com o surgimento de pesquisas empíricas sobre felicidade. No Brasil, tais pesquisas são ainda incipientes, havendo oportunidade de ampliar o debate, tal qual ocorre no cenário internacional. Segundo, foi possível averiguar, tendo como base o trabalho de Layard (2005a), que há certos fatores que se destacam para a felicidade dos indivíduos. Alguns destes fatores podem depender parcialmente da renda: pessoas empregadas são mais felizes, o que pode estar relacionado também com a renda obtida através do emprego; Pessoas em melhor estado de saúde também são mais felizes, sendo que a renda proporciona maior qualidade no tratamento da saúde através da contratação de médicos altamente qualificados, atendimento rápido, compra de medicamentos etc.; Pessoas que sentem possuir maior liberdade pessoal são mais felizes, sendo que a renda permite a liberdade de escolha entre um número maior de bens e serviços. Por outro lado, há fatores que transcendem ou, ao menos, dependem relativamente menos da renda para se concretizarem: é o caso dos relacionamentos familiares, comunitários e de amizade e dos valores pessoais dos indivíduos. Tais resultados demonstram que a felicidade humana está também nas relações entre os homens e em aspectos holísticos como o sentido da vida e a crença em Deus.

Por fim, as pesquisas em Economia da Felicidade tem potencial de avançar ainda mais. A Felicidade poderia ser assinalada como um objetivo central da sociedade, de modo que as realizações sociais passem a ser avaliadas de acordo com a capacidade de aumentarem a felicidade dos indivíduos. Deste modo, os condicionantes da felicidade poderiam balizar, em parte, os objetivos de política econômica e social. Entretanto, a importância da Felicidade deve ser também analisada de forma crítica e relativizada, pois há objetivos que talvez sejam compreendidos como mais essenciais, como é o caso dos direitos humanos e da justiça. Para exemplificar, um indivíduo pobre e explorado socialmente pode se considerar satisfeito em razão de condicionamentos como religião, propaganda política ou pressão social, mas isto não justifica que seja realmente feliz. Além disso, tal indivíduo talvez se sinta consideravelmente mais satisfeito em razão de pequenos deleites ou na simples possibilidade de obtenções que lhe permitam continuar sobrevivendo. Ainda assim, a Economia da Felicidade oferece a oportunidade de que a sociedade seja valorada pelas realizações sociais capazes de proporcionar a maior felicidade possível aos indivíduos, sendo este trabalho uma contribuição no sentido apresentar um relato dos estudos que tem tratado sobre os determinantes da felicidade, os quais merecem a atenção do economista.

Bibliografia

AGNU (Assembléia Geral das Nações Unidas). *Happiness: towards a holistic approach to development*. Resolition number A/RES/65/309. New York: 2011.

ARGYLE, Michael. *The Psychology of Happiness*. Hove, England: Routledge, 2001.

ARIELY, Dan. *Positivamente Irracional: os benefícios inesperados de desafiar a lógica em todos os aspectos de nossas vidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ARIELY, Dan. *Previsivelmente Irracional: as forças ocultas que formam as nossas decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BECKER, Marcos Schmeling. *A relação entre riqueza e felicidade: um estudo sobre o bem-estar econômico e o bem-estar subjetivo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas). Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BRICKMAN, Philip; CAMPBELL, Donald T. Hedonic relativism and planning the good society. In: APPLEY, Mortimer H. (Ed.). *Adaptation-Level Theory: A Symposium*. New York: Academic Press, 1971.

BRUNI, Luigino. *Civil Happiness: Economics and human flourishing in historical perspective*. New York: Routledge, 2006.

BRUNI, Luigino. The 'technology of happiness' and the tradition of economic science. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Handbook on the Economics of Happiness*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

BRUNI, Luigino. The 'Happiness transformation problem' in Cambridge Tradition. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 11, n. 3, p. 433-452, 2004.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Economics & Happiness: framing the analysis*. New York: Oxford University Press, 2005a.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Handbook on the Economics of Happiness*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007a.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi. Introduction. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Economics & Happiness: framing the analysis*. New York: Oxford University Press, 2005b.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi. Introduction. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Handbook on the Economics of Happiness*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007b.

BRUNI, Luigino; STANCA, Luca. Watching Alone: Relational Goods, Television and Happiness. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Elsevier, v. 65, n. 3-4, p. 506-528, mar. 2008.

BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Luigino. *Economia Civil: eficiência, equidade, felicidade pública*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2010.

CAMPBELL, Colin. *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CONCEIÇÃO, Pedro; BANDURA, Romina. Measuring Subjective Well-being: A Summary Review of the Literature. *Working Papers/ Discussion*

Papers, Office of Development Studies, United Nations Development Programme (UNDP), Nova York, mai. 2008.

COOTER, Robert; RAPPOPORT, Peter. Were the Ordinalists Wrong About Welfare Economics?. *Journal of Economic Literature*, v. 22, n. 2, p. 507-530, jun. 1984.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naécio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Revista de Economia Política* [online], v. 26, n. 4, p. 518-536, out.-dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-1572006000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 fev. 2011.

COSTA, Fernando Nogueira da. Economia Comportamental: de volta à filosofia, sociologia e psicologia. *Textos para Discussão*, Campinas, n. 173, p. 1-23, dez. 2009.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. J.; OSWALD, A. J. The Macroeconomics of Happiness. *Review of Economics and Statistics*, v. 85, p. 809-827, 2003.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. J.; OSWALD, A.J. Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Surveys of Happiness. *The American Economic Review*, v. 91, n. 1, p. 335-341, mar. 2001.

DIENER, Ed; OISHI, Shigehiro. Money and Happiness: Income and Subjective Well-Being Across Nations. In: DIENER, Ed; SUH, Eunhook M. (Eds.). *Culture and Subjective Well-Being*. MIT Press: Cambridge, MA, 2000.

DIENER, Ed; SELIGMAN, Martin E.P. Beyond Money: Toward an Economy of Well-Being. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 5, n. 1, p. 1-31, 2004.

DIXON, Huw D. Controversy: Economics and Happiness. *The Economic Journal*, v. 107, n. 445, p. 1812-1814, nov. 1997.

DOLAN, Paul; PEASGOOD, Tessa; WHITE, Mathew. Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being. *Journal of Economic Psychology*, v. 29, n. 1, p. 94-122, 2008.

EASTERLIN, Richard Ainley. Building a Better Theory of Well-Being. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Economics & Happiness: framing the analysis*. New York: Oxford University Press, 2005.

EASTERLIN, Richard Ainley. Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, Paul; REDER, Melvin (Eds.). *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz*. New York: Academic Press, 1974.

EASTERLIN, Richard Ainley. Explaining happiness. *PNAS 2003*. National Academy of Sciences, v. 100, n. 19, p. 11176-11183, set. 2003.

EASTERLIN, Richard Ainley. The Worldwide Standard of Living Since 1800. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, p. 7-26, 2000.

EASTERLIN, Richard Ainley. Will raising the income of all increase the happiness of all? *Journal of Economic Behaviour and Organization*, v. 27, p. 35-47, 1995.

FEIJÓ, Ricardo. *História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas, 2001.

- FERREIRA, Vera Rita de Mello. *Psicologia Econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.
- FRANK, Robert H. *Choosing the Right Pond: Human Behavior and the Quest for Status*. New York: Oxford University Press, 1985.
- FRANK, Robert H. Does Absolute Income Matter? In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Economics & Happiness: framing the analysis*. New York: Oxford University Press, 2005.
- FRANK, Robert H. The Frame of Reference as a Public Good. *The Economic Journal*, v. 107, n. 445, p. 1832-1847, nov. 1997.
- FREY, Bruno S. *Happiness: A Revolution in Economics*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2008.
- FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois (Eds.). *Economics and Psychology: A Promising New Cross-disciplinary Field*. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2007.
- FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. *Happiness & Economics: How the economy and institutions affect human well-being*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2002a.
- FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. Maximizing Happiness? *German Economic Review*, v. 1, n. 2, p. 145-167, mai. 2000.
- FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. What Can Economists Learn from Happiness Research? *Journal of Economic Literature*, v. 40, n. 2, p. 402-435, jun. 2002b.
- GARDNER, Jonathan; OSWALD, Andrew J. Is it Money or Marriage that Keeps People Alive? *Mimeo*, Warwick University, 2002.
- GIANNETTI, Eduardo. *Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRAHAM, Carol. The Economics of Happiness: Insights on Globalization from a Novel Approach. *World Economics*, v. 6, n.3, p. 41-55, jul.-set. 2005.
- HEADEY, Bruce; WEARING, Alexander. Subjective well-being: A stocks and flows framework. In: STRACK, F.; ARGYLE, M.; SCHWARZ, N. (Eds.). *Subjective Well-being: An interdisciplinary perspective*. Oxford: Pergamon Press, 1991.
- HELLIWELL, John F. How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being. *Economic Modelling*, v 20, n. 2, p. 331-360, mar. 2003.
- HELLIWELL, John F.; PUTNAM, Robert D. The social context of well-being. *Phil Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci*, v. 359, n. 1449, p. 1435-1446, set. 2004.
- HIRSCH, Fred. *Social Limits to Growth*. London: Routledge, 1977.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, Ronald. et al. World Values Surveys And European Values Surveys, 1981-1984, 1990-1993, and 1995-1997. Ann Arbor, Michigan: Institute for Social Research, 2000.

- KAHNEMAN, Daniel; DIENER, Ed; SCHWARZ, Norbert (Eds.). *Well-Being: The Foundations of Hedonic Psychology*. New York: Russell Sage Foundation, 1999.
- KASSER, Tim. *The High Price of Materialism*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2002.
- KNACK, Stephen. Trust, Associational Life and Economic Performance. In: HELLIWELL, John F.; BONIKOWSKA, Aneta (Eds.). *The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being: International Symposium Report*. Canada: OECD and Human Resources Development, 2001.
- LANE, Robert. *The Loss of Happiness in Market Economies*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- LAYARD, Richard. *Happiness: Lessons from a New Science*. Grã-Bretanha: Editora Allen Lane, 2005a.
- LAYARD, Richard. Human satisfactions and public policy. *The Economic Journal*, v. 90, n. 360, p. 737-750, dez. 1980.
- LAYARD, Richard. Rethinking Public Economics: The implications of Rivalry and Habit. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Economics & Happiness: framing the analysis*. New York: Oxford University Press, 2005b.
- LAYARD, Richard. *Felicidade: Lições de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.
- LEWIS, Thomas; AMINI, Fari; LANNON, Richard. *A General Theory of Love*. New York: Random House, 2000.
- LEU, R. E.; BURRI, S.; PRIESTER, T. *Lebensqualität und Armut in der Schweiz*. Bern: 1997.
- LIMA, Sabrina Vieira. *Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil*. 2007. 93 f. Tese (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2007.
- LUTTMER, Erzo F. P. Neighbors as Negatives: Relative Earnings and Well-Being. *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. 120, n. 3, p. 963-1002, ago. 2005.
- MCGILLIVRAY, Mark. Human Well-being: Issues, Concepts and Measures. In: MCGILLIVRAY, Mark (ed.). *Human Well-Being: Concept and Measurement*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- MEHNERT, T. et al. Correlates of life satisfaction in those with disabling conditions. *Rehabilitation Psychology*, v. 35, n.1, p. 3-17, 1990.
- MICHALOS, Alex C. *Global Report on Student Well-Being: Volume 1: Life Satisfaction and Happiness*. New-York: Springer-Verlag, 1991.
- MYERS, David G. *The Pursuit of Happiness: Who is Happy – And Why?* New York: Aquarian Press, 1993.
- NG, Yew-Kwang. A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal Comparability. *The Economic Journal*, v. 107, n. 445, p. 1848-1858, nov. 1997.
- NG, Yew-Kwang. Economic Growth and Social Welfare: The Need for a Complete Study of Happiness. *Kyklos*, v. 31, n. 4, p. 575-587, nov. 1978.
- ONU (Organização das Nações Unidas). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Population Division of the Department of Economic

and Social Affairs of the United Nations Secretariat. Disponível em <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/panel_population.htm>. Acesso em: 15 mar. 2012.

OSWALD, Andrew J. Happiness and Economic Performance. *The Economic Journal*, v. 107, n. 445, p. 1815-1831, nov. 1997.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Econometria: modelos e previsões*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

POWDTHAVEE, Nattavudh. Economics of Happiness: A Review of Literature and Applications, *Chulalongkorn Journal of Economics*, Thailand, v. 1, n. 19, p. 51-73, 2007.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório de desenvolvimento humano, 2009-2010*: Brasil ponto a ponto; consulta pública. Brasília: 2009.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

RODRIGUES, Odirlei Aparecido; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Economia e felicidade: elementos teóricos e evidências empíricas. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 16, n. 1(27), p. 80-120, 2005.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. On Happiness and Human Potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. *Annual Review of Psychology*, Chicago, v. 52, p. 141-166, 2001.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO; Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia: A mais completa obra sobre o assunto já publicada no Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SCITOVSKY, Tibor. *The joyless economy: An inquiry into human satisfaction and consumer dissatisfaction*. Oxford, England: Oxford University Press, 1976.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 1 v.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STUTZER, Alois. The role of income aspirations in individual happiness. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Elsevier, v. 54, n. 1, p. 89-109, mai. 2004.

SUMNER, L. W. *Welfare, Happiness, and Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

VAN PRAAG, Bernard M. S. *Individual Welfare Functions and Consumer Behavior: A Theory of Rational Irrationality*. Dissertation. North-Holland, Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1971a.

VAN PRAAG, Bernard M. S. The welfare function of income in Belgium: An empirical investigation. *European Economic Review*, Elsevier, v. 2, n. 3, p. 337-369, 1971b.

VAN PRAAG, Bernard M. S.; FERRER-I-CARBONELL, Ada. Happiness Economics: A New Road to Measuring and Comparing Happiness. *Foundations and Trends® in Microeconomics*, v. 6, n. 1, p 1-97, 2010.

VEENHOVEN, Ruut. Freedom and happiness: a comparative study in 44 nations in the early 1990's. In: DIENER, E; SUH, E.M. (Eds.). *Culture and Subjective Wellbeing*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

VEENHOVEN, Ruut. Happiness in Hardship. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). *Economics & Happiness: framing the analysis*. New York: Oxford University Press, 2005.

VEENHOVEN, Ruut. Happiness in Nations: subjective appreciation of life in 56 nations 1946-1992. *Rotterdam*, Netherlands: Erasmus University Press, 1993.

WAITE, Linda J. Does Marriage Matter? *Demography*, v. 32, n. 4, p. 483-507, nov. 1995.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Muszkopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiéu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lução Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Amo Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida

- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni

- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma Questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza



Pedro Henrique de Moraes Campetti é Tecnólogo de Desenvolvimentos de Sistemas de Informação pela FTECBRASIL e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, atualmente cursa o Mestrado em Economia na mesma universidade. Recebeu o 1º Lugar no XXVI Prêmio CORECON/RS – 2012 de Monografias ou Trabalhos de Conclusão de Curso com a monografia “Economia da Felicidade: Estudo Empírico Sobre os Condicionantes da Felicidade

em Países Selecionados da América Latina” cujo extrato pôde ser lido neste caderno.



Tiago Wickstrom Alves possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1990), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Atualmente é Coordenador do Mestrado em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Rural e Economia Regional, atuando principalmente nos seguintes

temas: desenvolvimento rural e regional, bioenergia, custos, geração de valor nas organizações e mercado de capitais.